

A importância da modernização da gestão de pessoas para o equilíbrio das contas públicas

Dyogo Henrique de Oliveira

Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

Sumário Executivo

- A agenda fiscal de curto prazo pressupõe uma transição do ajuste fiscal (redução de despesas discricionárias = 8,2% do total) para a reforma fiscal estrutural (redução das despesas obrigatórias = 91,8% do total)
- Não há como alcançar o equilíbrio das contas públicas sem a reforma da previdência (57,1% da despesa total).
- Por sua vez, a despesa de pessoal ativo é a segunda maior despesa obrigatória (12,6% da despesa total).
- A modernização da gestão de servidores tem o objetivo de aumentar a eficiência no serviço público, alinhando ao setor privado às questões relacionadas à redução de jornada, promoção por mérito e remuneração.

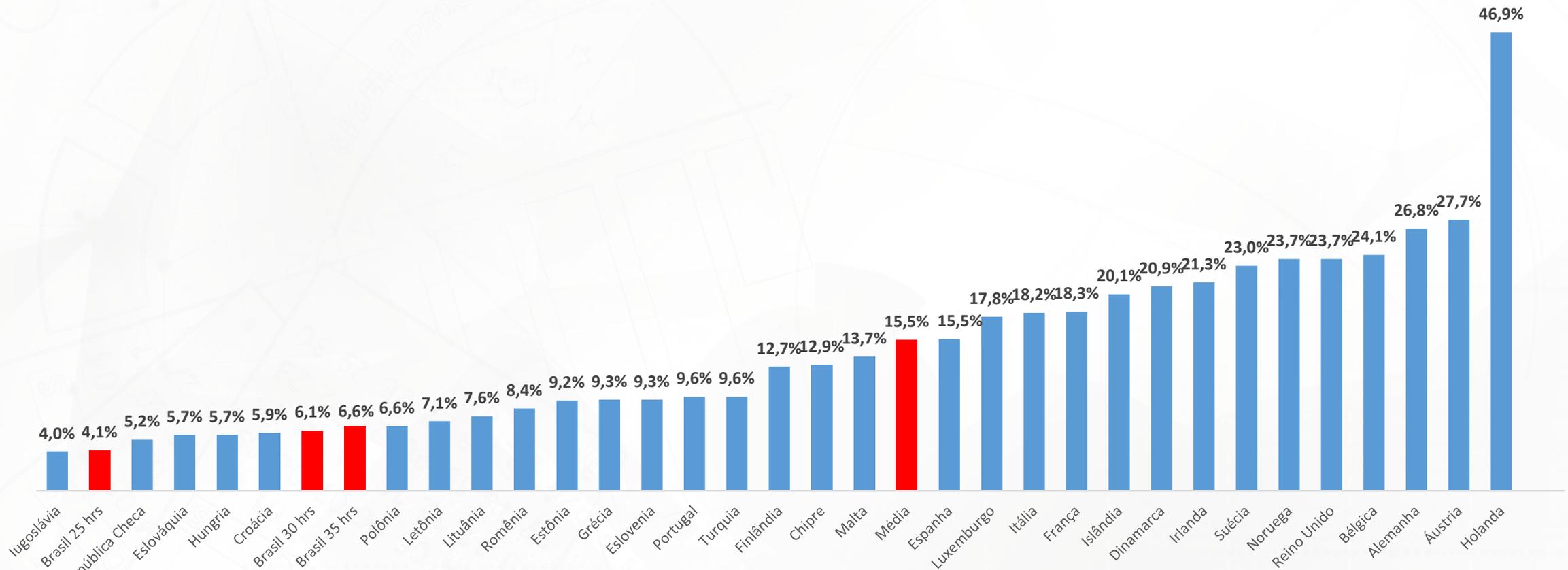
Modernização da gestão de pessoas

- Todos os instrumentos de gestão de pessoas (redução de jornada, licença sem remuneração e PDV) incluídos na MP 792, de 2017, são voluntários.
- Essas medidas são a única forma de reduzir as despesas com o estoque de servidores.
- Ou seja, não estamos reduzindo salários, progressões ou demitindo servidores, embora a situação fiscal do País seja extremamente grave.
- É bom frisar que as medidas lideradas por este Ministério não visam responsabilizar os servidores pela crise fiscal.
- Servidores comprometidos e qualificados fortalecem nossas instituições, nossa democracia e contribuem para o desenvolvimento do nosso País.

Modernização da gestão de pessoas

- PDV não deve ser confundido com as demissões de servidores nos anos 90.
- Caso o servidor queira experimentar outros desafios no setor privado, primeiro ele pode reduzir sua jornada (respeitada a legislação de conflito de interesses), depois entrar em licença sem remuneração e por fim aderir ao PDV, caso tenha absoluta convicção da sua escolha.
- Essas opções não são excludentes.
- Buscamos com isso, alinhar a gestão de servidores às melhores práticas observadas no setor privado e nos países desenvolvidos.
- Atualmente, apenas 0,5% dos servidores públicos federais do Poder Executivo estão em jornada reduzida, contra 6,1% no setor privado brasileiro e 15,5% na média da OCDE.

Participação dos trabalhadores sob o regime de tempo parcial em relação ao total de trabalhadores (dados de 2015 - em %)



Fonte: Eurostat. Para Brasil, RAIS 2015

Reestruturação das carreiras do Poder Executivo Federal

➤ Diagnóstico:

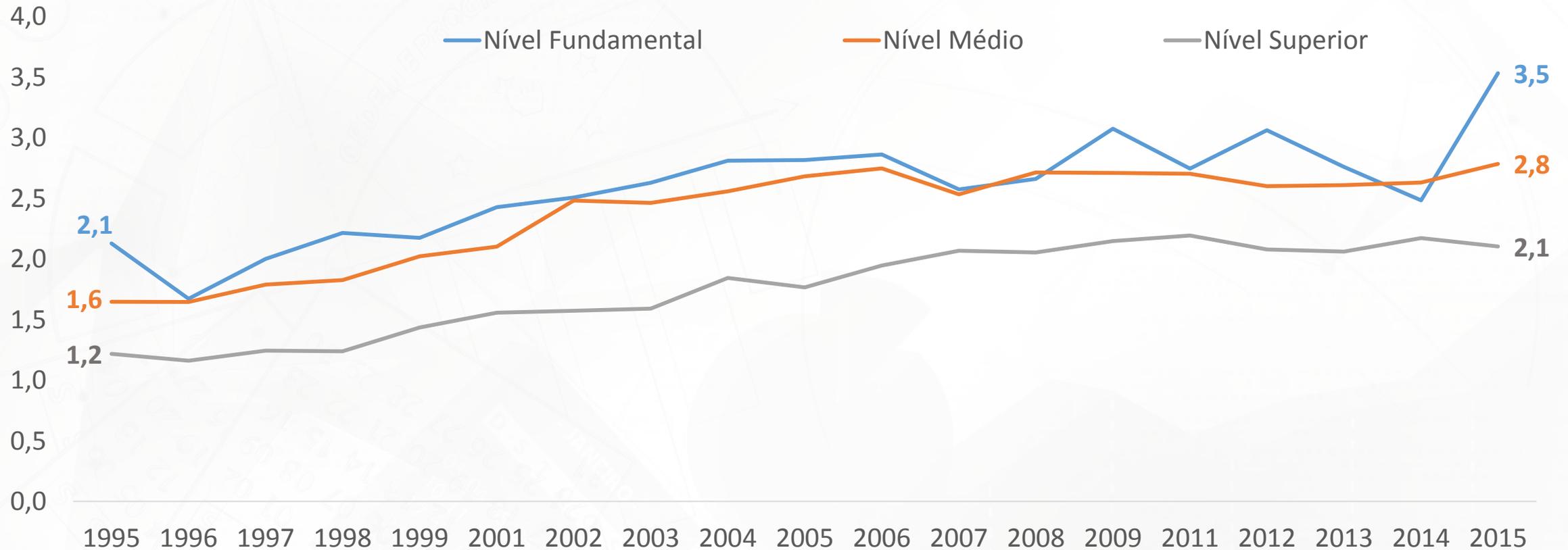
- Salário inicial no serviço público é significativamente superior ao correspondente no setor privado.
- Servidor alcança o topo da carreira bem mais rápido do que os trabalhadores nas empresas privadas, ficando desestimulado a assumir cargos gerenciais.

➤ Proposta:

- Aplica-se somente aos servidores que ingressarem após a implementação da medida.
- Não há redução salarial nem mudança na progressão funcional dos atuais servidores.
- Convergência do salário inicial dos novos servidores ao praticado no setor privado.
- Aumento da quantidade de níveis para progressão/promoção.
- Não se aplica aos professores universitários.

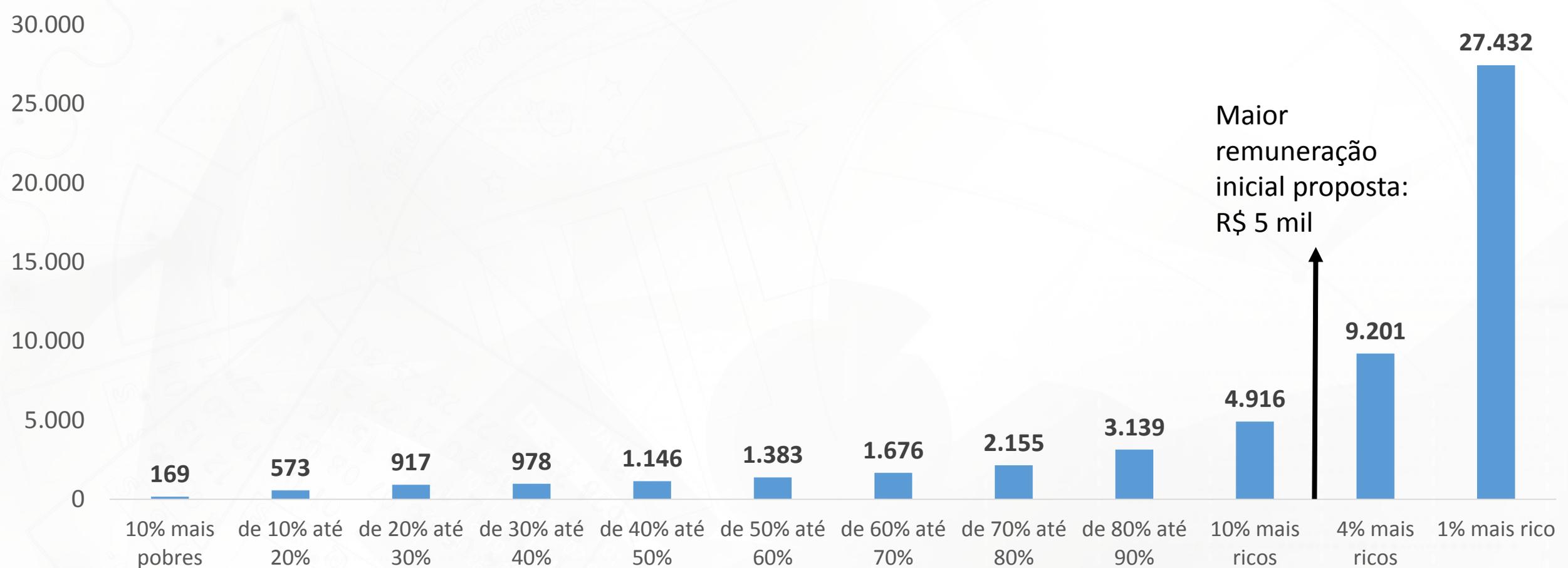
Razão de rendimento entre os salários do setor público federal e do setor privado por anos de estudo

O governo federal paga, em média, 3 vezes mais que o setor privado em ocupações de nível fundamental e médio.



Distribuição da população ocupada por décimos de renda

Trabalhadores com renda mensal de R\$ 4,9 mil estão entre os 10% mais ricos da população e os com R\$ 27,4 mil entre os 1%. Ou seja, a carreira pública continuará sendo atrativa.



Salário inicial de professor universitário é R\$ 5 mil

	Salário Inicial	Salário Final	Amplitude		Salário Inicial (25-29 anos)	Salário Final (50-64 anos)	Amplitude
Áreas e Carreiras do Poder Executivo Federal				Ocupações no Setor Privado			
Jurídica				Jurídica			
Advogado Geral da União, Procurador Federal, Procurador da Fazenda Nacional	19.198	24.943	29,9%	Advogados	4.410	10.304	133,7%
Econômico-Financeira				Econômico-Financeira			
Analista de Finanças e Controle (STN e CGU), Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, Analista de Planejamento e Orçamento, Analista do Banco Central e Analista de Comércio Exterior	16.934	24.143	42,6%	Economistas	3.019	11.437	278,8%
				Contadores e Auditores	3.798	10.030	164,1%
				Administradores de Empresas	4.203	9.800	133,2%
				Profissionais de Estatística	6.874	12.965	88,6%
Infraestrutura				Infraestrutura			
Analista de Infraestrutura	11.592	16.045	38,4%	Engenheiros Civis e Afins	6.445	11.485	78,2%
Saúde				Saúde			
Médico (Saúde Pública, Cirurgião, do Trabalho, Veterinário) da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho (40 horas)	7.278	11.191	53,8%	MÉDICOS CLÍNICOS	3.548	8.868	150,0%
Supervisor Médico-Pericial (40 horas)	12.848	18.310	42,5%				
Educação				Educação			
Carreira de Magistério Superior (dedicação exclusiva; salário inicial = especialização; final = doutorado)	5.130	18.896	268,4%	PROFESSORES DE MATEMÁTICA, ESTATÍSTICA E INFORMÁTICA DO ENSINO SUPERIOR	3.711	9.536	157,0%
				PROFESSORES DE CIÊNCIAS FÍSICAS, QUÍMICAS E AFINS DO ENSINO SUPERIOR	3.635	15.705	332,0%
				PROFESSORES DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E GEOLOGIA DO ENSINO SUPERIOR	4.066	13.105	222,3%
				PROFESSORES DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E MÉDICAS DO ENSINO SUPERIOR	2.372	12.296	418,3%
				PROFESSORES NA ÁREA DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA DO ENSINO SUPERIOR	2.831	10.258	262,4%
				PROFESSORES NAS ÁREAS DE LÍNGUA E LITERATURA DO ENSINO SUPERIOR	1.801	10.126	462,2%
				PROFESSORES DE CIÊNCIAS HUMANAS DO ENSINO SUPERIOR	2.976	10.869	265,3%
				PROFESSORES DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, ADMINISTRATIVAS E CONTÁBEIS DO ENSINO SUPERIOR	2.424	10.858	347,8%
				PROFESSORES DE MÚSICA, ARTES E DRAMA DO ENSINO SUPERIOR	1.938	11.266	481,5%

Estimativa de aposentadorias até 2027 no Poder Executivo Federal

O envelhecimento da força de trabalho no Poder Executivo Federal exige uma modernização na gestão de pessoas, pois 39% dos servidores dos se aposentarão nos próximos 10 anos, exigindo-se, portanto, uma reestruturação das carreiras

Órgãos	Ativos em abril/17	Novos Inativos (2017-2027)	%
UNIVERSIDADES	193.796	63.730	32,9%
SAÚDE, PREVIDÊNCIA E TRABALHO	77.390	45.857	59,3%
INSTITUTOS FEDERAIS	70.996	10.832	15,3%
INSS	37.162	15.751	42,4%
Min. da Fazenda	30.522	14.739	48,3%
ADMINISTRAÇÃO DIRETA - DE MAIS			
MINISTÉRIOS	20.677	6.103	29,5%
POLÍCIAS	25.537	8.757	34,3%
COMANDOS MILITARES	15.702	10.370	66,0%
INSTITUTOS DIVERSOS	14.539	6.553	45,1%
EX-TERRITÓRIOS	13.669	10.607	77,6%
AGU/DPU	9.217	2.102	22,8%
IBGE	5.642	2.829	50,1%
MAPA	9.416	5.793	61,5%
FUNDAÇÕES/AGÊNCIAS/DIVERSOS	8.718	4.503	51,7%
AGÊNCIAS REGULADORAS	8.881	1.579	17,8%
MPDG	6.210	1.856	29,9%
DEPTOS DIVERSOS	5.193	2.678	51,6%
FIOCRUZ	5.337	2.098	39,3%
Total exclusive BACEN	558.604	216.737	38,8%

Proposta de reestruturação das carreiras do Poder Executivo

Economia acumulada estimada de R\$ 70 bilhões em 10 anos, sem prejudicar o bom funcionamento do serviço público e sem retirar direitos.

Despesa Projetada Com Pessoal Ativo Civil da União

(R\$ milhões - valores deflacionados para 2018)

